

Governo promove "arrocho" fiscal para cumprir metas com o FMI

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A área econômica do governo vai baixar nos próximos dias medidas adicionais de política fiscal para compensar a diferença equivalente a US\$ 2 bilhões que deixou de ser aprovada pelo Congresso Nacional no pacote tributário de dezembro. O objetivo é garantir o cumprimento das metas econômicas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) dentro de um entendimento que deve ser aprovado no próximo dia 29. As novas medidas vão compor um adendo à carta de intenções enviada ao Fundo em dezembro.

"Vamos fazer um verdadeiro arrocho sobre as despesas, atingindo tanto gastos de custeio como de investimento", atestou ontem a este jornal o secretário nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Pullen Parente. Dessa vez, o governo está empenhado em obter resultados concretos e o esquema de contingenciamento orçamentário em fase de montagens prevê que todas as despesas da esfera do governo federal — incluindo administração direta e indireta — serão enquadradas dentro de determinados tetos que terão metas a serem atingidas por trimestre e acompanhamento mensal por parte de um comitê criado pelo presidente Fernando Collor de Mello especificamente para monitorar o plano de ajuste.

Também haverá medidas de aperto na esfera do Banco Central, para enquadramento dos bancos oficiais federais. As operações de crédito da Caixa Econômica Federal (CEF) destinadas a saneamento básico que hoje estão fora de qualquer controle voltarão a ser limitadas pela Resolução 1.718, do Conselho Monetário Nacional (CMN), assim como outros tipos de empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Banco do Brasil (BB).

Paralelamente as medidas de controle dos gastos, o governo está reestruturando o sistema de fiscalização e controle da arrecadação de taxas e impostos a nível do departamento da Receita Federal.

CPF

A intenção é acabar com as irregularidades que envolvem o Certificado de Pessoa Física (CPF), criando um sistema de cadastramento que não dê margem à fraude fiscal. Estuda-se,

ainda, aumento das penalidades para o contribuinte que não pagar em dia seus compromissos com a Receita Federal.

As medidas fiscais adicionais foram negociadas com o "staff" técnico do FMI na semana passada — Parente esteve em Washington, chefiando uma missão brasileira que também teve a tarefa de explicar a rolagem da dívida dos estados e municípios, além de assegurar que haverá controle sobre as contas públicas a despeito do reajuste de 147% aprovado na Justiça para os aposentados. Estas negociações foram feitas como forma de compensar a queda de receita anteriormente programada para 1992 (caiu de nível equivalente a US\$ 12 bilhões para US\$ 10 bilhões) e evitar que houvesse revisão nas metas dos critérios, performance que já haviam sido anunciadas pelo governo no mês passado.

"Se abrissemos as discussões em torno das metas, o programa não iria ao 'board' (diretoria) do FMI nem no próximo dia 29 porque não haveria tempo para isto", explicou Parente, adiantando que as medidas em fase de dimensionamento foram decididas como uma alternativa à revisão do acordo. O esforço fiscal adicional corresponde a 0,5% do PIB em termos bruto — "esta é a perda bruta dos US\$ 2 bilhões", observou o secretário — mas em termos líquidos o governo prevê que a perda será de cerca de 3% do PIB. Está sendo descontada a parte da perda de receita que seria repassada aos governos estaduais e municipais.

EFICIÊNCIA MAIOR

Do lado da receita, Parente atesta que as medidas a serem adotadas vão permitir "uma cobrança e uma arrecadação mais efetiva", diz ele, assegurando não se tratar de "coisa eté-

rea". O secretário admite que as medidas que visam reestruturar todo o sistema que envolve a atuação da Receita Federal podem levar algum tempo para surtir efeitos, mas deixa claro que nem por isto o ajuste deixará de ser feito: "vamos contingenciar do lado da despesa de modo que não haja desvio no cumprimento das primeiras metas que deverão ser atingidas já em março próximo porque estamos trabalhando para não termos de pedir 'waiver' (dispensa) de jeito nenhum", frisou Parente.

O FMI quis saber como funciona o esquema de rolagem da dívida dos estados e municípios aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro mas desde já sabe-se que a falta de interesse eventual dos governadores em firmar um contrato de rolagem da dívida com o governo federal não afeta as metas fiscais fixadas dentro do programa negociado com aquele organismo.

O assunto mais polêmico, nas discussões com o FMI da semana passada, envolveu sem dúvida a questão da Previdência. Parente assegura que o decreto precatório (o governo só pode pagar o que está lastreado em recursos orçamentários) não foi discutido com o FMI porque a equipe não tinha ainda conhecimento da decisão, mas o artigo 7º do projeto de lei enviado ao Congresso que previa a precatória chegou a ser analisado nas conversas com o "staff" técnico do Fundo.

Parente está confiante de que o acordo será aprovado na quarta-feira da semana que vem. Ele envolverá o financiamento de cerca de US\$ 2 bilhões, terá prazo de 20 meses e sua vigência retroagirá a 1º de janeiro deste ano.